

AK 24 - EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ nº 13.149.157/0001-25 Relatório da Diretoria Em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Table with columns: Balanços patrimoniais, Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, Notas, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Ativo Circulante, Não Circulante, Total do ativo, etc.

Table with columns: Passivo e patrimônio líquido, Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, Notas, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Circulante, Não Circulante, Patrimônio líquido, etc.

Table with columns: Demonstrações dos resultados e dos resultados abrangentes, Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, Notas, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Receita líquida, Custo com depreciação, Lucro bruto, etc.

Table with columns: Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto, Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, Notas, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Das atividades operacionais, Ajustes que não representam entrada ou saída de caixa, etc.

Table with columns: Demonstração das mutações do patrimônio líquido, Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, Notas, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2023, Integralização de capital, etc.

Table with columns: Demonstração das mutações do patrimônio líquido, Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, Notas, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2023, Integralização de capital, etc.

Table with columns: Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto, Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, Notas, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Das atividades operacionais, Ajustes que não representam entrada ou saída de caixa, etc.

Table with columns: Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto, Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, Notas, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Das atividades operacionais, Ajustes que não representam entrada ou saída de caixa, etc.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

1. Contexto operacional: A AK 24 - Empreendimentos e Participações S/A ("Companhia") foi constituída em 01 de dezembro de 2010 com a denominação social de Capital Asset Management Ltda. Em 20 de setembro de 2017 a Administração da Companhia alterou a denominação social para AK 24 - Empreendimentos e Participações Ltda. Em 07 de abril de 2021 as sócias deliberaram por unanimidade a transformação da Companhia de Sociedade Limitada em uma Sociedade por ações, mantendo-se o Patrimônio. Também ocorreu a alteração da razão social da sociedade de AK 24 - Empreendimentos e Participações Ltda para AK 24 - Empreendimentos e Participações S/A. A Companhia possui sede em São Paulo e tem como objeto social a atividade de compra e venda de imóveis, locação, desmembramento ou loteamento de terrenos, incorporação imobiliária ou construção de imóveis destinados a venda. A Companhia também poderá participar do capital de outras empresas como acionista ou sócia quotista. Aprovação das demonstrações financeiras: A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 11 de março de 2026. 1.1. Continuidade operacional: As normas contábeis requerem que ao elaborar as demonstrações financeiras a Administração deve fazer a avaliação da capacidade da entidade continuar em operação no futuro previsível. A Administração, considerando o equilíbrio observado do seu capital circulante líquido, além da expectativa de geração de caixa suficiente para liquidar os seus passivos para os próximos 12 meses concluiu que não há nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e, portanto, concluiu que é adequada a utilização do pressuposto de continuidade operacional para a elaboração de suas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2025 o capital circulante líquido da Companhia é negativo em R\$ 6.600 (R\$ 5.057 em 2024), em decorrência do desequilíbrio inicial entre o contrato de locação e a emissão das debêntures, a tendência é que ao longo do período o recebimento de aluguel e a amortização das debêntures encontre o equilíbrio. A Companhia tem recorrido a aportes de sócios para fazer frente ao fluxo de caixa negativo e pretende continuar com essa estratégia até que o fluxo de caixa seja equacionado. 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas na gestão. 2.1.1. Moeda funcional e moeda para apresentação: A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$) mesma moeda da preparação das demonstrações financeiras que estão sendo apresentadas em Reais (R\$) exceto quando expressamente mencionado em contrário. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. 2.2. Principais práticas contábeis: 2.2.1. Reconhecimento da receita líquida: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor da contraprestação recebida ou a receber excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos a seguir para determinar se estão atuando como agente ou principal e, ao final concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos a seguir devem também ser satisfatórios antes de haver reconhecimento de receita: Receita de aluguel: As receitas de aluguéis são resultantes dos arrendamentos mercantis operacionais do imóvel comercial e são reconhecidos de forma linear ao longo do prazo dos compromissos de arrendamento mercantil. 2.2.2. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalente de caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "avaliadas ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)". 2.2.3. Contas a receber: O grupo é composto pelas contas de aluguéis a receber pelo regime de competência ambos deduzidos em conta específica pelas Perdas Esperadas para Créditos de Liquidação Dúvidosa (PECLD). A PECLD existe para reconhecer o montante que a Companhia poderá não receber ou receber em parte e representar uma possível perda de valor nos seus títulos a receber em decorrência de inadimplência. É constituída com base em análise de risco de inadimplência de cada conta a receber por cliente, situação financeira comprometida no mercado, histórico de negociações realizadas, acordos firmados nos se cumprir principalmente sobre os créditos vencidos de longa data e em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às prováveis perdas na realização dos créditos. 2.2.4. Provisão para investimento: A propriedade para investimento é registrada pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculada pelo método linear, a taxa de que leva em consideração o tempo de vida útil estimado do bem. A recuperação da propriedade para investimento por meio das operações futuras, a vida útil e o valor residual destes são acompanhados periodicamente e ajustados de forma prospectiva, se necessário. O valor justo é determinado anualmente, somente para fins de divulgação. Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel para valorização de capital ou para ambos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e depreciada pelo prazo de vida útil de 50 anos, que é revisada anualmente. 2.2.5. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros: Os ativos que estão sujeitos a depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido impairment são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório. 2.2.6. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no lucro presumido. As alíquotas aplicadas sobre a base de cálculo tributável são de 15% acrescida do adicional de 10% aplicadas sobre o excedente de R\$ 60.000 no trimestre para imposto de renda quando aplicável e 9% sobre a base de cálculo

para contribuição social. A alíquota de presunção das receitas operacionais é de 32%. 2.2.7. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são subsequentemente demonstrados pelo Custo Amortizado (CA). Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida durante o período em que os empréstimos estejam em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data do balanço. 2.2.8. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes): Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos quando aplicável dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorre nos próximos 12 meses caso contrário são demonstrados como não circulantes. 2.2.9. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu Valor Presente (AVP) no registro inicial da transação levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, estes efeitos são realocados nas linhas de receita com venda de imóveis, despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. 2.2.10. Ativos e passivos contingentes: As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são as seguintes: • Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. • Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando as perdas forem avaliadas como possíveis os montantes envolvidos são divulgados nas notas explicativas. 2.2.11. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - Julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras requer a adoção por parte da Administração de estimativas e julgamentos que afetam os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e receitas e despesas nos exercícios demonstrados. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas às fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço envolvendo risco importante de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir. Demandas judiciais e riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia está sujeita no curso normal dos nossos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que seja movido contra a Companhia poderemos ser adversamente afetados independentemente do respectivo resultado. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos. Valor justo de instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos é determinado utilizando técnicas de avaliação incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para estes métodos se baseiam naqueles praticados no mercado quando possível, contudo, quando isso não for viável um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre estes fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. 2.2.12. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequentemente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. 2.2.13. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis: A vigência deste Pronunciamento para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027. Este Pronunciamento substitui o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, e não terá impacto em reconhecimento ou mensuração de itens da demonstração financeira, mas sim em sua apresentação e divulgação. Esta norma introduz cinco categorias na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes: operacional, de investimento, de financiamento, de tributos sobre o lucro e de operações descontinuadas. A norma introduz dois subtotais obrigatórios na demonstração: "Lucro ou prejuízo operacional" e "Lucro ou prejuízo antes de financiamento e tributos sobre o lucro". Existem também novos requisitos de divulgação para "medidas de desempenho definidas pela administração", como o "Lucro ou prejuízo operacional antes de depreciação, amortização e reduções ao valor recuperável no alcance do CPC 01". A norma reformula orientações aprimoradas sobre o agrupamento de informações (agregação e desagregação), incluindo se essas informações devem ser apresentadas nas demonstrações financeiras principais ou nas notas explicativas. A Companhia adotará essa norma a partir de 1º de janeiro de 2027 (data de vigência) e espera-se que haja uma mudança significativa no formato da demonstração do resultado e de outros resultados abrangentes.

Table with columns: Tipo, Emissão, Série, Data, Espécie. Rows include Debêntures, 6.1. Composição de saldos, 6.2. Movimentação, 6.3. Vencimentos, 6.4. Garantias: 6.4.1. Alienação fiduciária de imóvel.

Table with columns: Qtdte, MRS, Taxa Contratual, Vencimento, Pagamento Mensal. Rows include Receitas financeiras, Rendimento de aplicação financeira, 11. Imposto de renda e contribuição social, 11.1. Correntes, 11.2. Diferidos.

Table with columns: Custo Amortizado (CA), Amortizado (CA). Rows include Caixa e equivalentes de caixa (nota 3), Contas a receber (nota 4).

Table with columns: Custo Amortizado (CA), Amortizado (CA). Rows include Debêntures (nota 6).

Table with columns: Nível hierárquico do valor justo, Valor contábil. Rows include Caixa e equivalentes de caixa (nota 3), Contas a receber (nota 4).

Table with columns: Nível hierárquico do valor justo, Valor contábil. Rows include Debêntures (nota 6).

Table with columns: %, R\$. Rows include Comercial e Empreendimentos Brasil S/A, AK-Empreendimentos e Participações S/A.

8.2. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76 até o limite de 20% do capital social ou facultada a constituição no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 193 exceder de 30% do capital social. 8.3. Política de distribuição de dividendos: Aos acionistas é garantido o direito de receber em cada exercício a título de dividendos um percentual mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício com os seguintes ajustes: • O decréscimo das importâncias destinadas no exercício à constituição da reserva legal, de reservas para contingências e da parcela do lucro a realizar. 8.4. Lucro por ação: 8.4.1. Básico e diluído: O lucro (Prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

Table with columns: 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, Média ponderada de ações, Prejuízo básico por ação - R\$, Resultado por ação.

Table with columns: 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Receita líquida, 9. Receita líquida, 10. Receitas e despesas financeiras, Despesas financeiras, Encargos financeiros sobre debêntures, Despesas bancárias.

Table with columns: 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Receitas financeiras, Rendimento de aplicação financeira, 11. Imposto de renda e contribuição social, 11.1. Correntes, 11.2. Diferidos.

Table with columns: Custo Amortizado (CA), Amortizado (CA). Rows include Caixa e equivalentes de caixa (nota 3), Contas a receber (nota 4).

Table with columns: Custo Amortizado (CA), Amortizado (CA). Rows include Debêntures (nota 6).

Table with columns: Nível hierárquico do valor justo, Valor contábil. Rows include Caixa e equivalentes de caixa (nota 3), Contas a receber (nota 4).

Table with columns: Nível hierárquico do valor justo, Valor contábil. Rows include Debêntures (nota 6).

Table with columns: %, R\$. Rows include Comercial e Empreendimentos Brasil S/A, AK-Empreendimentos e Participações S/A.

8.2. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76 até o limite de 20% do capital social ou facultada a constituição no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 193 exceder de 30% do capital social. 8.3. Política de distribuição de dividendos: Aos acionistas é garantido o direito de receber em cada exercício a título de dividendos um percentual mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício com os seguintes ajustes: • O decréscimo das importâncias destinadas no exercício à constituição da reserva legal, de reservas para contingências e da parcela do lucro a realizar. 8.4. Lucro por ação: 8.4.1. Básico e diluído: O lucro (Prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

Table with columns: 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, Média ponderada de ações, Prejuízo básico por ação - R\$, Resultado por ação.

Table with columns: 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Receita líquida, 9. Receita líquida, 10. Receitas e despesas financeiras, Despesas financeiras, Encargos financeiros sobre debêntures, Despesas bancárias.

Table with columns: 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Receitas financeiras, Rendimento de aplicação financeira, 11. Imposto de renda e contribuição social, 11.1. Correntes, 11.2. Diferidos.

Table with columns: Outras alterações / pronunciamentos adicionais, Modificações às Normas Contábeis, Vigência, Alterações. Rows include Classificação e mensuração de instrumentos financeiros, Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11, Contratos de energia, Subsidiárias sem Obrigação Pública: Divulgação, Conversão para uma moeda de apresentação hiperinflacionária, Venda ou Contribuições de Ativos entre Investidor e sua Associada.

Table with columns: 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Caixa e equivalentes de caixa: Os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão assim representados: Banco conta movimento, Aplicação financeira, As aplicações financeiras de renda fixa são compostas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remuneradas com base na variação da taxa do CDI e resgatáveis a qualquer tempo. 4. Contas a receber, Aluguel a receber, Os saldos em aberto referem-se ao mês competência de dezembro com vencimento no mês subsequente. O contrato vigente é atualizado pelo IGP-M de acordo com a vigência do mesmo. 5. Propriedade para investimento: 5.1. Aquisição de imóvel: A Companhia por meio de Escritura Pública de Comissão de Venda e Compra e Outras Avenças adquiriu pelo montante de R\$ 150.000.000 o imóvel (Edifício Pasteur) objeto da matrícula nº 19.259 do 3º Ofício de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro situado no município e comarca do Rio de Janeiro, na Avenida Pasteur, 138/146. O imóvel é objeto de locação para a Entidade Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda. por meio de Contrato de Locação com vigência de 20 anos contados da data de início locação (emissão na posse do imóvel / julho/2021).

Table with columns: 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Saldo inicial em 1º janeiro, Depreciação do exercício, Saldo final em 31 de dezembro, 5.2. Movimentação de propriedade para investimento, 5.3. Divulgação do Valor Justo: Informações do imóvel: Endereço: Avenida Pasteur, 138/146, Cidade: Rio de Janeiro/RJ, Metragem: Área total locável de 16.460,00 m², Características: Subsolo/Térreo + 10 Pavimentos, Valor de mercado: R\$ 204.012. Método de determinação do valor justo: A Cushman & Wakefield Negócios Imobiliários Ltda., empresa de avaliação, externa e independente tendo apropriada qualificação profissional e experiência na região e tipo de propriedade que está sendo avaliada, avaliou para marcação a valor de mercado os imóveis de propriedade da Companhia. Os valores justos são baseados em valores de mercado e refletem o valor estimado pelo qual uma propriedade poderia ser negociada na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. Na ausência de preços correntes no mercado ativo as avaliações são preparadas através da consideração do valor dos fluxos de caixa agregados estimados dos aluguéis das propriedades para investimento. A taxa de desconto que reflete determinados riscos inerentes é então aplicada nos fluxos de caixa anuais líquidos para chegar à avaliação da propriedade. Para a avaliação do empreendimento foi utilizado o Método de Capitalização da Renda através do Fluxo de Caixa Descontado (FCD). A taxa de desconto real aplicada foi de 9,50%, o qual baseado nas análises efetuadas é uma taxa pela qual investidores poderiam se interessar, ao adquirir o imóvel para renda. A metodologia adotada nos laudos consiste na análise das características físicas das propriedades

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/446B-EDFA-5C0D-B1E9> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 446B-EDFA-5C0D-B1E9



### Hash do Documento

9E0D59F50BDE314BE90FED5A613A24EF4F602B677D8FEEF3DBF0630685D9DFF1

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 13/03/2026 é(são) :

- Lilian Regina Mancuso - 05.687.343/0001-90 em 13/03/2026 20:23 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - JORNAL EMPRESAS E NEGOCIOS LTDA - 05.687.343/0001-90

### Evidências

**Geolocation:** Location not shared by user.

**IP:** 172.16.4.12

**AC:** AC Certisign RFB G5

